



### 3. AGENDA DE DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AMAZÔNIA

Paralelo à mobilização do **EMPATE**, estamos construindo coletivamente a pauta unificada que os movimentos e organizações apresentarão. Como subsídio de partida, seguem algumas propostas:



**3.1** Queremos que o Congresso Nacional rejeite na íntegra a PEC 06/2019, apresentada pelo poder executivo, e mantenha os segurados e seguradas do Regime de Previdência Social e Assistencial nas condições estabelecidas pela Constituição de 1988 e nas demais leis do Regime de Previdência. Da mesma forma, defendemos a rejeição da MP 871 que, dentre outras medidas, retira das organizações sindicais a função de cadastrar e declarar a condição de segurado especial na solicitação de aposentadoria;

**3.2** Queremos a garantia de permanência dos povos tradicionais em seus territórios e de uso sustentável dos recursos naturais nos territórios indígenas, quilombolas, populações tradicionais e agricultores familiares, exigindo a paralisação imediata dos ataques de depredação nas Unidades de Conservação e Assentamentos de Reforma Agrária;

**3.3** Queremos uma política externa ativa em defesa da soberania brasileira. Somos contra a venda de terras e dos ativos naturais da Amazônia ao capital internacional. Exigimos que o Congresso Nacional rejeite qualquer acordo que autorize a utilização ou ocupação de qualquer parte do território nacional (em especial na Amazônia) por forças estrangeiras e contra a entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Defendemos que o Congresso Nacional não autorize a participação do Brasil em qualquer guerra ou agressão a autodeterminação dos povos de outros países;

#### 3.4 NA EDUCAÇÃO, QUEREMOS:

- A)** Imediata revogação da PEC 95, conhecida como a PEC do congelamento de gastos;
- B)** Reposição dos orçamentos das Instituições de Ensino Superior, Institutos Tecnológicos e agências científicas, afetados pelos recentes cortes do governo federal;
- C)** Liberação de novos códigos de vagas, em especial para as instituições de ensino superior e institutos tecnológicos em consolidação e expansão;
- D)** Garantia das bolsas permanência;
- E)** Estruturação do Sistema Modular de Ensino e Sistema Modular Indígena;
- F)** Garantia de recursos para Educação do Campo e reconhecimento e financiamento para a Pedagogia da Alternância;



#### 3.5 NA SAÚDE, QUEREMOS:

- A)** Manutenção da SESAI e das atuais políticas de saúde indígena;
- B)** Imediata contratação e deslocamento de médicos para o preenchimento das vagas deixadas pelos médicos cubanos;
- C)** Implantação e interiorização de cursos da área de saúde, especialmente de medicina, nas universidades federais e estaduais para a formação de novos profissionais;
- D)** Ampliação das unidades de saúde fluvial na Amazônia.

#### 3.6 NA INFRAESTRUTURA, QUEREMOS:

- A)** Manutenção do programa Luz para Todos e o atendimento das demandas de energia elétrica rural das populações da Amazônia, com a utilização da capacidade de geração já instalada para atendimento das áreas com acesso e de modalidades alternativas para as localidades isoladas;



**B)** Suspensão de qualquer obra de ferrovias ou portos enquanto não for concluído o asfaltamento das BRs 319, 163 e 230;

**C)** Criação, pelos governos federal e estaduais, de Programa de Apoio à Trafegabilidade Rural nas estradas, ramais, vicinais, furos e igarapés, utilizados para o escoamento da produção familiar, mobilidade das pessoas e acesso aos serviços públicos;

**D)** Criação de plano de apoio a infraestrutura das cidades amazônicas, já que a região Amazônica apresenta os maiores índices de crescimento urbano, com características singulares e sob aspectos diferenciados por conta da ocupação incrivelmente rápida e desordenada de suas cidades;

**E)** Revogação da MP 868/2018, que privatiza o sistema de saneamento público brasileiro;

**F)** Retomada do programa Minha Casa Minha Vida, com a conclusão das obras paralisadas e garantia de recursos para contratação de novos empreendimentos na região.



### **3.7 COMO POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SÓCIOECONOMIA AMAZÔNICA, PROPOMOS:**

**A)** Criação da política de apoio ao Transporte Aéreo Regional, com o estabelecimento de subsídios de passagens aéreas para o deslocamento regional e ampliação, regularização e interiorização de aeroportos e aeródromos;

**B)** Financiamento, por meio do PRONAF, das demandas dos segmentos das populações originárias, tradicionais, pescadores artesanais e da Agricultura Familiar, com foco na agroindustrialização e cooperativismo;

**C)** Demarcação já dos territórios indígenas e regularização dos territórios quilombolas, assentamentos da reforma agrária e propriedades da Agricultura Familiar localizados nas áreas de colonização e terras públicas da

Amazônia e nas áreas urbanas;

**D)** Criação de uma política de apoio à produção de alimentos saudáveis;

**E)** Criação de uma política de ordenamento pesqueiro, com participação efetiva da pesca artesanal, garantindo os territórios pesqueiros na região e o fim do desmonte da estrutura da pesca artesanal no país;

**F)** Criação de um programa de incentivo à instalação de polos industriais de produção de medicamentos e fitoterápicos com os produtos da biodiversidade amazônica;

**G)** Garantia do pleno funcionamento do PDRS Xingu, retomando a modalidade de gestão com participação paritária da sociedade civil nas câmaras técnicas e no comitê gestor. Conclusão das condicionantes de Belo Monte, com início imediato das obras não executadas e retomada das ações paralisadas;

**H)** Fim da restrição de patrocínio de estatais às atividades culturais e o estabelecimento de uma política de incentivo à economia cultural e turística na Amazônia. Fortalecimento da política cultural nos estados e municípios, considerando a economia da cultura como um potencial gerador de trabalho e renda nas comunidades, vilas e cidades;

**I)** Ampliação do investimento no turismo, aproveitando a potencialidade natural da Amazônia para o setor de maneira ecologicamente sustentável;

**J)** Manter e ampliar as políticas públicas para a população LGBT e de combate à LGBTfobia;

**K)** Manutenção da competitividade fiscal para a Zona Franca de Manaus como forma de desenvolvimento da região e preservação da floresta amazônica;

**L)** Garantia do acesso à justiça para as populações interioranas amazônicas, com maior presença das instituições do Estado em suas localidades;

**M)** Compensação imediata dos estados pela perda de arrecadação com a Lei Kandir;



## 4. O QUE NÃO QUEREMOS PARA A AMAZÔNIA:

**A) NÃO QUEREMOS** a instalação de novas barragens nos rios da Amazônia, já que fontes alternativas de geração de energia se demonstram viáveis do ponto de vista econômico e ambiental;

**B) NÃO QUEREMOS** novas barragens de rejeitos e propomos uma moratória de instalação de quaisquer barragens que representem ameaça à segurança às populações e ao meio ambiente;

**C) NÃO QUEREMOS** o pacote do veneno de 2019. Exigimos a revogação imediata de todas as autorizações de agrotóxicos que agridem a saúde e o meio ambiente e a rejeição dos projetos de lei que admitem qualquer grau de risco aceitável em relação às características teratogênicas (que possa ocasionar má formação embrionária), carcinogênicas (que

favorece o desenvolvimento de carcinomas ou câncer no organismo) ou mutagênicas (que pode ocasionar mutação ou dano a molécula do DNA) de agrotóxicos. Rejeição da prescrição de receita agrônômica preventiva e de diminuição das atribuições do IBAMA e da ANVISA no processo de licenciamento. Proibição de aplicação de venenos no entorno de vilas e comunidades;

**D) NÃO QUEREMOS** a flexibilização das leis ambientais e a perda de função e diminuição da capacidade de operação dos órgãos de regulação e controle para o favorecimento da exploração predatória e concentradora de renda;

**E) NÃO QUEREMOS** a construção de portos, transbordos e armazenamento de commodities nas áreas urbanas das cidades amazônicas.

## 5. A IMPORTÂNCIA DE UM EMPATE EM DEFESA DA AMAZÔNIA

Defender a Amazônia é uma tarefa urgente! A Amazônia contém um quinto da água doce da Terra, é a maior floresta tropical contínua do planeta, possui 98% das terras indígenas e 77% das unidades de conservação do Brasil e mais de 20 milhões de pessoas vivem em 770 cidades, 357 comunidades remanescentes de quilombos e milhares de comunidades de seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu e nos assentamentos da reforma agrária. A cobiça das potências estrangeiras e do agronegócio, impulsionadas pelo governo Bolsonaro, é motivada justamente pela importância estratégica e pelas riquezas que a Amazônia possui: sua posição geopolítica, seu imenso território (61% do Brasil), sua extraordinária planície mineral e biodiversidade de sua floresta representam um imensa oportunidade de, a partir da implantação de uma exploração predatória de seus recursos, gerar negócios e acúmulo de capital para esses setores.

Ressalta-se que a luta dos povos amazônicos não se expressa apenas na defesa do meio ambiente, na sua interioridade e nas questões ribeirinhas e do campo, contempla também uma realidade urbana ainda pouco assistida pelas políticas públicas. As cidades amazônicas apresentam condições de vida precária; conflitos fundiários urbanos; baixo nível de saneamento; altos

índices de violência; transporte coletivo caótico; projetos inadequados de mobilidade urbana, quantidade significativa de moradias em áreas de risco, além de outras deficiências. Apesar de ter a menor densidade populacional, a região Norte do Brasil possui a maior média de moradores por domicílio, cerca de quatro pessoas por moradia. A taxa de crescimento populacional da região norte foi a maior entre as cinco regiões do país na última década, conforme aponta o Censo 2010. De acordo com o IBGE mais de 73,5% da população regional, em 2010, era urbana. Esse cenário é um dos grandes desafios da região norte.

O futuro e o desenvolvimento do Brasil dependem do acesso aos territórios e da gestão dos bens da natureza, que são fundamentais para regular o clima; produzir água; manter solos férteis para a agricultura; reduzir o risco de desastres naturais, dentre tantos outros serviços. **O EMPATE DOS POVOS DA AMAZÔNIA** é a luta pela garantia do uso sustentável dos nossos bens naturais, de manutenção dos territórios indígenas, quilombolas, populações tradicionais, agricultores familiares e populações urbanas e de construirmos uma solução política que valorize a defesa da biodiversidade com bem viver das pessoas que vivem aqui. É a luta pelo usufruto coletivo dos bens comuns e por justiça ecológica e social!